



**INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR**

**ANÁLISE DE IMPACTO DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA DESDE UMA
PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA: CASO AGRICULTORES FAMILIARES
DA REDE ECOVIDA DE FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ.**

MARA IRENE ENGELMANN

Foz do Iguaçu

2015



INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

**ANÁLISE DE IMPACTO DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA DESDE UMA
PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA: CASO AGRICULTORES FAMILIARES
DA REDE ECOVIDA DE FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ.**

MARA IRENE ENGELMANN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Javier Diaz Villavicencio

Foz do Iguaçu

2015

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Javier Díaz Villavicencio UNILA

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso UNILA

Foz do Iguaçu, 01 de Dezembro de 2015.

Dedico esse trabalho aos meus pais Hélio e Leni pelo amor incondicional, pelo incentivo ao estudo e, sobretudo, ao apoio. Aos meus sobrinhos Andressa, Kemilly, Jean e Agatha que muito queria ver, mas que o tempo de estudo não permitia. Igualmente dedico ao meu amado esposo Carlos da Silva Gonçalves, ao qual nunca mediu esforços para me apoiar no estudo e sempre foi o pilar que me sustentou durante toda a caminhada acadêmica. Para ele que por ora ou outra precisou dar uma “mão”, dando os valiosos conselhos e que sempre quis me ver lutando pelos meus objetivos, o meu muito obrigado pelas horas de incentivo, carinho, paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradecer infinitamente à Deus por ter me dado forças, saúde, paciência e sabedoria para superar todas as dificuldades durante a jornada acadêmica.

Aos meus pais que nas idas e vindas foram meu porto seguro, meu aconchego e minha distração nas horas do cansaço. À minha mãe pelos mimos e a comida gostosa que fazia quando eu pedia, para saciar a vontade de comer a “comida da roça”.

Ao meu esposo Carlos da Silva Gonçalves, meus infinitos agradecimentos, pela paciência, compreensão, companheirismo e apoio incondicional nos momentos que mais precisei. E também às comidas gostosas que comprava quando eu pedia, para me distrair enquanto estudava. Da mesma forma à Dona Joana, mãe do meu esposo.

Agradeço à oportunidade que tive de ingressar na faculdade, à qual me proporcionou momentos ímpares de conhecimento, de sabedoria e de convívio com colegas que talvez nunca mais vou ver, pelo menos pessoalmente. Agradecer ao mesmo tempo aos colegas pelos momentos de descontração mesmo no ambiente de estudo. Pelas horas de risos e trocas de conhecimento.

Ao meu professor orientador Guillermo Javier Diaz Villavicencio pela orientação e por apostar em mim a capacidade de concretizar o trabalho de pesquisa. Agradeço também por não medir esforços para auxiliar durante o trabalho. Igualmente agradeço ao professor Valdemar Wezs Junior, por também orientar na estrutura teórica do trabalho. Também a minha orientadora, amiga e psicóloga Vera M. C. Louzada, pelo apoio e pela ajuda para a construção da monografia.

Aos agricultores que contribuíram para responder as questões da pesquisa e que são a base de todo o trabalho. Meu muito obrigado a eles.

A coordenadora da Rede Ecovida no núcleo de Foz do Iguaçu, senhora Luci Andregretti, meus agradecimentos pela ajuda, atenção e contribuição para que o trabalho se concretizasse. Em especial pela sua infinita dedicação e trabalho em prol ao fortalecimento da Rede e do núcleo onde atua.

Ao técnico do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), Edimar Silveira, que também auxilia os agricultores para obtenção da certificação e manutenção da mesma. Meu obrigado pela ajuda durante o trabalho de pesquisa.

Enfim, meus agradecimentos a todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram no processo de construção do trabalho.

“A agricultura está em crise. Embora as terras agriculturáveis continuem a produzir pelo menos tanto alimento quanto no passado, há sinais abundantes de que as bases de sua produtividade ecológica estão em perigo”.

Stephen R. Gliessman

ENGELMANN, Irene Mara; **Análise de impacto da certificação orgânica desde uma perspectiva socioeconômica: caso agricultores familiares da Rede Ecovida de Foz do Iguaçu, Paraná.** 2015; 60 pgs; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

Resumo

A certificação de qualidade orgânica dentro da Rede Ecovida exerce um papel fundamental no sentido de confiabilidade mútua entre os agricultores que fazem parte da mesma. A confiança no processo de certificar se dá devido ao caráter participativo do mesmo. A segurança alimentar está cada vez mais presente nos temas atuais, não só em termos de quantidade de alimentos, mas também na qualidade dos mesmos. Portanto, esse tema leva a uma propulsão no que se refere a gestão de qualidade e seus mecanismos de demonstração de segurança, incluindo a certificação como base e referência a partir da ideia de segurança. A rede Ecovida de agroecologia é exemplo de consolidação da certificação participativa e do árduo trabalho voltado para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Tendo em vista que o processo certificativo possui alguns desafios, o presente trabalho tem como objetivo a análise dos impactos sócio econômicos coletados por aplicação de questionário seguido de levantamento de dados, onde identifica-se a partir da estatística descritiva características econômicas particulares de cada agricultor, bem como a análise de qualidade de vida dos mesmos. Os dados contribuem no entendimento do impacto econômico para o agricultor e, como de fato a certificação e os produtos certificados trazem uma dinâmica diferenciada no âmbito rural.

Palavras-chaves: Rede Ecovida. Certificação orgânica. Segurança alimentar. Agroecologia. Qualidade de vida.

ENGELMANN, Mara Irene. **Organic certification impact analysis from a socioeconomic perspective: if farmers Ecovida Network Foz do Iguaçu, Paraná**; 2015; 60 pages. Work Completion of course (Graduate course Rural Development and Food Security) - Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2015.

ABSTRACT

The certification of organic quality within the Ecovida Network plays a key role in mutual reliability among farmers who are part of it. Trust in the process of certifying is due to the participatory nature of it. Food security is increasingly present in current affairs, not only in terms of quantity of food, but also in quality. Therefore, this leads to a subject propulsion with respect to quality management and demonstrate its safety mechanisms, including certification as reference base and from the security idea. The Ecovida network agroecology is participatory certification consolidation example and hard work focused on the production of organic and agroecological food. Considering that a certifying process has some challenges, this study aims to analyze the economic social impacts collected by a questionnaire followed by data collection, which is identified from descriptive statistics specific economic characteristics of each farmer, and the quality of life analysis thereof. The data help in understanding the economic impact for the farmer and, as indeed certification and certified products bring a different dynamic in rural areas.

Keywords: Network Ecovida. Organic certification. Food security. Agroecology. Quality of life.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1- Selo Ecovida.....	29
Figura 1.1- Selo Ecovida.....	29
Figura 1.2- Selo Ecovida.....	29
Figura 2- Logomarca Ecovida.....	29
Figura 3- Foto da reunião dos agricultores da Rede Ecovida em Foz do Iguaçu.....	38
Figura 4- Gráfico tempo da certificação.....	40
Figura 5- Gráfico da venda dos produtos em diferentes mercados.....	41
Figura 6- Gráfico sobre opinião referente a renda.....	42
Figura 7- Gráfico sobre diversificação de produtos <i>versus</i> renda.....	43
Figura 8- Gráfico dos custos de produção.....	44
Figura 9- Gráfico da agregação de valor ao produto.....	45
Figura 10- Gráfico da agregação de novos clientes.....	46
Figura 11- Gráfico sobre dificuldades de certificar.....	47
Figura 12- Gráfico necessidade de atualização sobre a certificação.....	47
Figura 13- Gráfico do resultado sobre a qualidade de vida.....	48
Quadro 1- Características da certificação na Rede Ecovida.....	27
Quadro 2- Obtenção do selo.....	28
Quadro 3- Informações gerais da propriedade, produção e localização.....	40
Quadro 4- Dados sobre o aumento da renda.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASCO- Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AO- Agricultura Orgânica

CPR- Certificação Participativa em Rede

CONAB- Companhia Nacional do Abastecimento

ECOVIDA- Rede Ecovida de Agroecologia

FBSSAN- Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FRC- Formulário de Requerimento da Certificação

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MAPA- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

OPAC- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

OMS- Organização Mundial da Saúde

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

SPG- Sistema Participativo de Garantia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I- CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
1. Contextualização e justificativa.....	15
1.1 Delimitação do espaço estudado.....	18
1.1.1Problematização.....	19
1.1.2 Hipóteses	19
1.2 OBJETIVO GERAL.....	20
1.2.1 Objetivos específicos.....	20
1.3 OS APOSTES METODOLÓGICOS E AMOSTRA.....	20
1.3.1 A análise estatística como apoio metodológico.....	21
CAPÍTULO II- O DESAFIO DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA NUM CONTEXTO AGROECOLÓGICO.....	22
2.1 A certificação, o processo regulatório da produção orgânica e a lei nº 10.831.....	22
2.2O processo de certificação na Rede Ecovida e a obtenção do selo.....	26
2.3A qualidade de vida como resultado da certificação.....	29
CAPÍTULO III- NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU DA REDE ECOVIDA: CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES DA AMOSTRA.....	33
3.1 A agroecologia e a agricultura orgânica como aliada da certificação.....	33
3.2 Caracterização dos agricultores certificados de Foz do Iguaçu.....	36
3.3 Dados estatísticos do impacto da certificação obtida pelos agricultores do núcleo foz/ ou avaliação dos impactos da certificação.....	39
CONCLUSÃO IV.....	49
LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	50
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXOS- ANEXO A- Questionário da pesquisa.....	56
ANEXO B- Fotos da reunião do Núcleo Oeste do Paraná da Rede Ecovida...58	
ANEXO C- Fotos complementares.....	60

Introdução

Frente ao atual contexto alimentar no mundo, segundo Perez (2012), nos deparamos com várias mudanças e situações que por vezes convergem e outras se opõem à produção de alimentos e a forma como os diversos atores sociais enxergam esse contexto, um contexto que possui um objetivo comum; a produção de alimentos. Atualmente a sociedade se depara com duas situações bem distintas no sistema agroalimentar; uma, abrange a cadeia alimentar de uma forma mais globalizada e, que nos remete a ideia de produzir em grande escala para alimentar o mundo. A outra, que podemos chamar de produção de cadeia curta, uma produção de alimentos mais voltado ao local, que muitas vezes engloba a ideia de alimento orgânico e agroecológico.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica da Rede Ecovida, sua origem, contextualização e a forma como maneja a produção orgânica. Analisando especificamente, o impacto da certificação participativa dos produtores orgânicos da Rede na região de Foz do Iguaçu, os quais fazem parte do núcleo Oeste do Paraná dentro da Rede. A implementação do processo de certificar os produtos alimentícios e as mudanças ocorridas durante e após o período de certificação, também irão compor a análise. Portanto, avaliar como tudo isso impacta no modo de vida dos produtores, as vantagens e desvantagens, os diferentes acessos ao mercado e os retornos econômicos, se tornam fundamentais para a pesquisa.

A partir do que Perez (2012) analisa, é por meio do estudo de caso que podemos ter um contato maior de como vem sendo construído e consolidado o trabalho dos agricultores que fazem parte dessa Rede e, quais são as dificuldades, desafios, conquistas e motivos que levam esses atores sociais a escolher essa racionalidade produtiva no meio rural. Além disso, compreender quais são os principais objetivos, que fazem com que busquem se diferenciar no atual contexto mercadológico global, onde de fato o mais competitivo, inovador e tecnológico se destaca.

O trabalho irá compor dados baseados em estatística, que são parte do questionário aplicado aos agricultores da região estudada e que, no entanto, está relacionado com o processo certificativo de qualidade onde busca descobrir se o mesmo trouxe benefícios, melhorias, qualidade de vida e a possibilidade de inclusão para os produtores no mercado onde atuam.

Tendo em vista a análise da certificação desses agricultores, a mesma ainda busca compreender os fatores e relações sociais, ambientais e econômicos dos mesmos, aos quais são a base e o suporte da pesquisa realizada.

A monografia aqui apresentada está dividida da seguinte forma: O primeiro capítulo tratará de uma breve contextualização do tema, justificativa, universo de estudo, hipóteses, objetivos e em seguida a estrutura metodológica. O segundo capítulo apresentará a seguinte abordagem: “O desafio do processo de certificação e a qualidade de vida num contexto agroecológico”, onde tem-se o objetivo de falar sobre como funciona a certificação dentro da Rede e, ao mesmo tempo abordar sobre os tipos de certificação e os desafios da mesma. Também se abordará sobre o conceito de qualidade de vida numa perspectiva agroecológica e, da importância da agroecologia como modelo de desenvolvimento e de estratégia para o pequeno agricultor.

O terceiro capítulo já findando o trabalho apontará os dados estatísticos acompanhados da análise dos mesmos e da sua contribuição para o estudo de caso aqui apresentado e, também, uma breve análise sobre os agricultores que fazem parte da Rede no núcleo Foz do Iguaçu. O universo analítico apresentado nesse capítulo fornecerá um aporte significativo para avaliação positiva ou negativa do impacto da certificação orgânica, visando a perspectiva da qualidade de vida dos agricultores entrevistados no campo de estudo.

CAPÍTULO I- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Contextualização e justificativa

O tema sobre segurança alimentar com base agroecológica, vem cada vez mais assumindo as pautas, seja no âmbito mundial ou mesmo no âmbito local, como por exemplo, em eventos do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Fbssan, 2009). Falar sobre alimentação saudável ou mesmo da agroecologia se tornou algo relevante, sobretudo nas duas últimas décadas. O tema vai criando forma, se estendendo a nível global e perpassa sobretudo a lógica do atual sistema neoliberal que estamos vivenciando. Para reforçar a ideia, Altieri fala sobre agroecologia e nos remete à abordagem destacando os avanços da mesma e, a importância da produção que tende a respeitar o meio ambiente e os recursos que a natureza nos oferece.

Na discussão sobre agroecologia em termos de América Latina, Altieri (2013) ainda destaca:

“[...]o Brasil está mais avançado em tudo que está relacionado à mercados alternativos e, tem como exemplo disso a Rede Ecovida, que é ponto de referência latino-americano”. E nas políticas, apesar de as pessoas daqui afirmarem que não são suficientes, é o único país que tem uma lei nacional de agroecologia no mundo. Isso é muito importante, porque é uma plataforma chave para aumentar a escala da agroecologia. O Brasil está muito avançado, tem uma grande diversidade de agricultura, permacultura, homeopatia, agroflorestas, etc. (ALTIERI, 2013, s/p).

Concordando com Altieri, tem-se como referência em agroecologia a Rede Ecovida, localizada na região sul do Brasil e que surge com objetivo de expandir a ideia de produção de alimentos orgânicos e agroecológicos isentos de agroquímicos.

Para Perez (2012) a Rede Ecovida possui um trabalho muito significativo para com os agricultores que fazem parte da mesma, estimulando-os e buscando o fortalecimento da produção agroecológica de alimentos. Uma vez que os agricultores conseguem concretizar a produção agroecológica e orgânica dentro da rede e, estão em dia com todos os requisitos agroecológicos, os mesmos conseguem a obtenção da certificação dos seus produtos. E é nesse contexto ao qual se guia o estudo desse trabalho, ou seja, a análise de todo o processo para obtenção do selo, bem como a avaliação do impacto sobre a qualidade de

vida que essa certificação traz para os produtores rurais pertencentes a Rede. Diante disso, a obtenção da certificação é um avanço em termos de conquistas e de todo um trabalho social que a Rede promove.

Antes de iniciar os estudos acerca da certificação é preciso entender um pouco mais sobre o que é a rede Ecovida, quando ela surgiu, quais são seus objetivos, enfim, evidenciar características próprias da rede. A Rede possui em si uma trajetória de lutas e conquistas baseadas em esforços coletivos em prol ao fortalecimento da agricultura de base agroecológica. Assim:

A Rede foi constituída em 1998, mas o processo que lhe deu origem é anterior. Inicialmente foram os movimentos contestatórios ao modelo tecnológico da agricultura de final dos anos 70 e início dos anos 80; em seguida começaram a se desenvolver “experiências” e a multiplicação das iniciativas práticas, quando se constituiu a Rede TA-Sul (Rede de Tecnologia Alternativa do Sul do Brasil), que levou à constituição da Rede Ecovida. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p.41).

De acordo com Santos (2005), o primeiro nome da rede Ecovida de Agroecologia foi “ Rede de certificação participativa”. O debate em torno da certificação, iniciado em Santa Catarina, agregou parceiros ampliando no ano de 2000 para os estados de Paraná e Rio Grande do Sul.

Em relação à estrutura da Rede podemos destacar o seguinte:

A Rede Ecovida de Agroecologia é, atualmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na Região Sul do Brasil. É constituída por aproximadamente 35 ONGs, 3.000 agricultores ligados a 300 grupos de produção e 10 cooperativas de consumo (MEIRELLES, 2009). No que se refere às organizações de representação dos agricultores que compõem a Rede, a maior parte se encontra ligada aos sindicatos da Fetraf, outros ao MST e outros, ainda, consideram que a Rede Ecovida é seu próprio movimento (RODRIGUES et al., 2010). Segundo informações da Rede Ecovida, em cerca de dez anos de existência, a articulação ampliou de 340 para 3000 o número de famílias agricultoras que a integram. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 200).

Segundo Perez (2012) a Rede Ecovida possui características que a diferencia em relação à sua estrutura, portanto, é um espaço de articulação informal, que não possui, secretaria, sede e nem pessoa jurídica que possa coordenar em seu nome. Também destaca que, “essa conformação reforça o caráter de organização em rede proposto, embora traga também dificuldades em

sua condução pelas limitações de tempo dos membros da coordenação e as dificuldades de comunicação presentes”. (PEREZ, 2012, p.200).

A Rede Ecovida de agroecologia, segundo (Santos, 2005, p. 15), também “trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos...].” Dessa forma, o autor ainda menciona que a rede cria um campo de legitimidade e credibilidade através da disposição de informações entre os participantes. Dentre os princípios e objetivos da Rede, o mesmo destaca:

Princípios da Rede Ecovida: Ter na agroecologia a base para o desenvolvimento sustentável; Trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações; Ser orientada por normativa própria de funcionamento e de produção; Trabalhar na construção de mercado justo e solidário; Garantir a qualidade através da certificação participativa; Objetivos da Rede Ecovida: Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas; Incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos; Gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas; Aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores; Ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade; Fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular. (SANTOS, 2005, p. 15).

Diante disso, e também, da dinâmica desenvolvida pelos atores sociais da rede e do trabalho em si por cada membro, é importante ressaltar que, existe uma dualidade entre a teoria e a prática, como esses atores percebem a importância da organização em grupo e também das diferentes percepções econômicas que cada família almeja. Pereira (2013).

Para Perez (2012) a Rede Ecovida exerce um papel fundamental em torno do tema da agroecologia, da construção de formas alternativas de comercialização dos produtos alimentícios e da própria questão da soberania e segurança alimentar.

Diante da análise de Perez (2012) e, também, das mudanças ocorridas no mundo rural nas últimas décadas, torna-se importante cada vez mais o estudo aprofundado das diversas dinâmicas presentes nas atividades dos atores sociais nesse meio e, ao mesmo tempo, analisar algumas alternativas que eles buscam, a fim de permanecer nesse espaço caracterizado muitas vezes por elementos socioeconômicos que apresentam oscilações, como por exemplo, a renda. Dessa forma justificando a importância do trabalho que aqui se apresenta.

Cabe reforçar ainda, a partir do que Vailati et.al (2003) nos remete, que, em se tratando do tema de certificação, a mesma nos remete a um atual contexto ao qual está voltado à garantia de segurança alimentar, onde também os consumidores estão cada vez mais preocupados com a qualidade dos alimentos, de como estes alimentos são produzidos e, como chegam até a mesa desse consumidor. Podemos então dizer que, não só o agricultor é favorecido no sentido de qualidade de vida, mas os próprios consumidores são parte desse processo e, também se beneficiam, quando se trata de melhorar a qualidade de vida.

O tema da tecnologia¹ e mesmo da gestão de qualidade² voltada a agricultura familiar, sobretudo aqueles que estão envolvidos com a produção orgânica e agroecológica, é de fato uma ferramenta a ser estudada com mais profundidade a fim de obter resultados onde os quais, possam servir de referência e auxílio na evolução desses processos de fortalecimento da agricultura como um todo e, sobretudo do agricultor familiar. Descobrir, avaliar e buscar entender a importância dos diferentes manejos e da gestão de qualidade no meio rural, contribui para o conhecimento tecnológico.

Trabalhar com tecnologias voltadas aos agricultores familiares orgânicos e agroecológicos, é uma conquista a ser levada adiante para que os mesmos possam também alcançar êxitos e continuar suas atividades apesar da elevada competitividade e das pressões externas.

1.1 Delimitação do espaço estudado

A delimitação do espaço de estudo se dá no meio rural do município de Foz do Iguaçu, onde se encontram sete agricultores certificados pela Rede Ecovida que fazem parte, portanto, do Núcleo Oeste do Paraná. Dentro do determinado núcleo, se encontram também aqueles agricultores que estão em fase de transição, que não estão certificados, mas que já participam do processo para obtenção da certificação.

¹ A tecnologia e a ²gestão de qualidade que aqui se menciona podemos destacar que a mesma dentro da Rede Ecovida está mais voltada no sentido de conformidade social, dado que “A combinação de sanções sociais resultaria em uma “conformidade” traduzida no respeito às normas de produção orgânica estabelecida pelo grupo. Este seria o primeiro instrumento de controle da qualidade aplicado pelo sistema de certificação Participativo”. (Medeiros, Medaets, s,d, p.8).

A escolha da amostra dentro do Núcleo Oeste do Paraná da Rede Ecovida, se deu devido a curiosidade de estudar e analisar a produção orgânica de agricultores no interior da cidade de Foz do Iguaçu, tendo em vista que a cidade possui mais características urbanas, mascarando assim os elementos rurais. Portanto, o estudo se torna importante na medida que vai revelando o potencial agrícola também do município, haja vista que faz parte dos municípios do lindeiros do lago de Itaipu.

1.1.1 Problematização

A ideia central do estudo, ou seja, o problema a ser estudado são as variáveis da certificação. Quais são os benefícios que estão envoltos ou agregados na certificação e, como os agricultores percebem as contribuições da certificação orgânica ao que se refere a qualidade de vida?

1.1.2 Hipóteses

A principal hipótese a mencionar seria que a certificação gera um retorno em relação a qualidade de vida para o agricultor, por meio de agregação de valor ao produto vendido. Outras hipóteses incluem: A certificação traz impactos, sejam econômicos ou sociais, porém esses impactos nem sempre são perceptíveis pelos agricultores aos quais são os beneficiados pela mesma; A certificação reforça uma possível capacidade de fortalecimento da produção agroecológica e da permanência do agricultor no meio rural; E, o apoio técnico na certificação auxilia no fortalecimento e nas demandas dos agricultores, onde os mesmos têm como retorno a valorização e a conquista de um espaço para a venda de seus produtos no mercado.

Assim, a pergunta que guia o universo das hipóteses aqui apresentadas é a seguinte: A certificação tem gerado maior qualidade de vida aos agricultores da Rede Ecovida?

Para tanto é necessário definir primeiramente como esses agricultores percebem qualidade de vida, da mesma forma reforçar o que se tem como referência do conceito.

Durante o período de estudo a campo, pode-se perceber que qualidade de vida para o conjunto de agricultores em questão, não se limita somente ao

que tange o econômico, ou o retorno financeiro que a certificação traz, porém existe outras variáveis que englobam a visão de mundo desses atores sociais. Dentre essas variáveis podemos destacar, por exemplo, o prazer de produzir agroecologicamente, o respeito ao meio ambiente, o convívio com a natureza e principalmente produzir sem agrotóxico que, por sua vez inclui todas as outras variáveis já mencionadas.

De modo geral, definem qualidade de vida, como o bem-estar que a natureza lhe oferece produzindo sem agroquímico e estando em harmonia com o meio em que os rodeia, respeitando dessa forma os ciclos naturais e o tempo da natureza. Diante disso Pelicione (1998) reforça que:

O conceito de qualidade de vida, portanto, transcende o conceito de padrão ou nível de vida, de satisfação das necessidades humanas do TER para a valorização da existência humana do SER e deve ser avaliada pela capacidade que tem determinada sociedade de proporcionar oportunidades de realização pessoal a seus indivíduos no sentido psíquico, social e espiritual ao mesmo tempo em que lhes garante um nível de vida minimamente aceitável. (PELICIONI, 1998, p. 24).

Notadamente, o conceito de qualidade é entendido de ampla forma e vivido de forma diferente por cada indivíduo. Partindo da análise conceitual, para os agricultores agroecológicos, de modo geral, qualidade de vida está mais ligada ao modo de SER e se viver, do que ao que engloba as necessidades do TER. Conceito aprofundado melhor no ponto 2.3 da dissertação.

1.2 OBJETVO GERAL

O trabalho dissertativo aqui apresentado visa compreender o processo de certificação orgânica e sua contribuição em relação a qualidade de vida dos agricultores, buscando validar a hipótese levantada.

1.2.1 Objetivos específicos

Dentre os objetos específicos, os mesmos buscam:

1. Entender os impactos sociais, econômicos e ambientais que a certificação traz para os agricultores envolvidos no processo certificativo;

2. Conhecer os fatores produtivos envolvidos na certificação e também despertar nos agricultores a percepção dos processos econômicos envolvidos bem como a percepção das mudanças ocorridas durante e pós certificação;

1.3 OS APORTES METODOLÓGICOS

A partir dos objetivos, os mesmos dão suporte e são as ferramentas para que o trabalho possa se desenvolver, tendo assim como estrutura metodológica a aplicação de um questionário que visa a coleta de dados onde, posteriormente, irá compor a base estatística do trabalho afim de concretizar os resultados coletados. A conclusão final da dissertação terá como suporte, os resultados obtidos por meio da estatística descritiva. Portanto, temos assim dividido em três etapas o trabalho: A primeira etapa consiste no levantamento bibliográfico como (informação secundária), a segunda etapa, a aplicação do questionário como pesquisa de campo, que foi realizado no mês de agosto de 2015, onde foram entrevistados sete agricultores compondo assim a amostra da pesquisa e, a terceira etapa que compõe a análise estatística descritiva com fonte de informação primária, e por último, a discussão dos dados e suas considerações finais. Sobre os processos estatísticos, Lakatos (2003) destaca:

Planejado por Quetelet. Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado. (LAKATOS, 2003, p. 108).

A pesquisa bibliográfica, no entanto, segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Da mesma forma o mesmo autor ainda discorre, que, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Em relação ao levantamento de campo a qual compõe a aplicação do questionário, Gil (2008) destaca que:

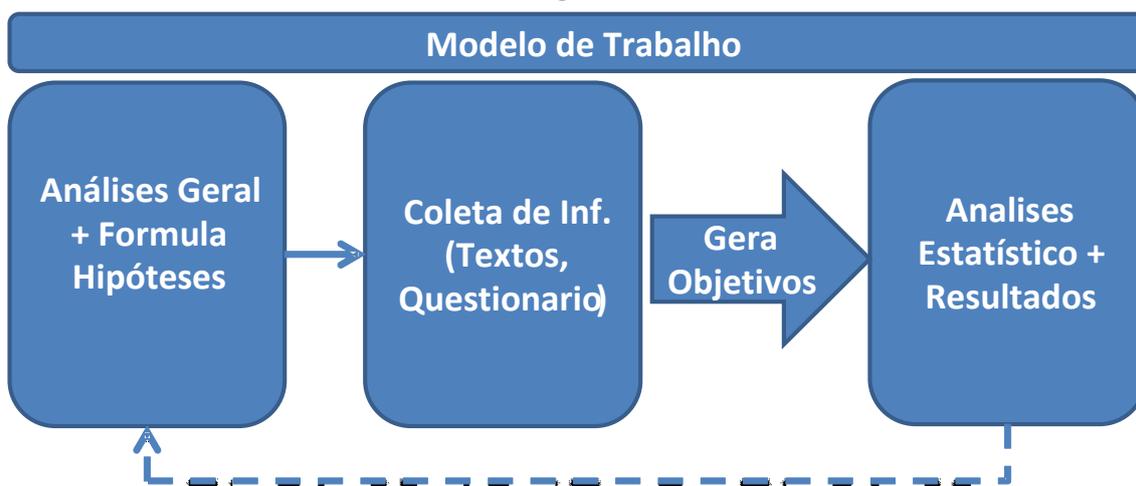
As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados. (GIL, 2008, p.55).

Portanto, é a partir desse arcabouço metodológico que a pesquisa aqui apresentada será realizada.

1.3.1 A análise estatística como apoio metodológico e o modelo

Cabe destacar aqui a importância da análise estatística descritiva como apoio central da pesquisa realizada, por ser um aporte metodológico que sustenta os resultados avaliados no estudo. Para entender melhor, a pesquisa realizada tem como eixo central a variável qualidade de vida como sendo a de maior peso avaliada no processo de certificação, seguida de outras variáveis que correspondem a possibilidade de influenciar na qualidade de vida. Ou seja, segundo Ferreira (2005, p.8), a análise estatística descritiva consiste basicamente em, “[...] descrição dos dados, sejam eles de uma amostra ou de uma população. Pode incluir: verificação da representatividade ou da falta de dados, ordenação dos dados, compilação dos dados em tabela, criação de gráficos com os dados, calcular valores de sumário, tais como médias, obter relações funcionais entre variáveis”.

Em tal sentido, o trabalho atende o seguinte modelo:



CAPÍTULO II- O DESAFIO DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA NUM CONTEXTO AGROECOLÓGICO

2.1 A certificação, o processo regulatório da produção orgânica e a lei nº 10.831

Sobre a certificação, segundo a lei nº 10.831, existe de modo geral, regras e normas que regem e que validam esse processo. Ou seja, para certificar uma propriedade ou mesmo os produtos que são produzidos nessa propriedade, exigem-se certos aspectos normativos que obedecem ao que a legislação determina em relação à produção orgânica e agroecológica.

Segundo Medaets e Fonseca (2005), no início dos anos 90 se iniciam discussões em torno da certificação da agricultura orgânica, resultado de diversas iniciativas referentes ao crescente debate do mercado de alimentos, da pressão externa de países importadores de produtos orgânicos do Brasil, como EUA e Japão, bem como da pressão e demanda do próprio mercado interno e das certificadoras.

A história da construção da regulamentação dos orgânicos, não obstante, é carregada de uma longa luta e cheia de desafios no que tange um consenso, para se chegar a um acordo em comum e delimitar os elementos que devem compor a base legal para que se possa certificar os produtos orgânicos. Segundo Santos (2005, p. 58) “a partir de 1994, após a aprovação da legislação européia, o advento da ECO92 e o interesse crescente do setor exportador orgânico, inicia-se os debates em torno da construção do marco legal brasileiro nesse setor”.

Em relação às dificuldades no processo de construção normativa, Santos (2005), ainda destaca que existe discordância nos processos participativos, o que fez com que houvesse uma pausa, uma lacuna no caminho da regulamentação e que só mais tarde, no ano de 1997, o processo fora retomado. Além disso, a própria certificação vem como uma dificuldade um entrave na questão da legislação e regulamentação orgânica, pois acaba esbarrando na comercialização desses produtos.

Ainda em relação à certificação, Santos (2005) destaca:

Quer por mérito ou método, este ponto era o calcanhar de Aquiles no debate acerca da regulamentação. Se por um lado todos viam como importante ou até necessária a existência de uma legislação que servisse de apoio e promoção da AO no Brasil, por outro, uns viam a certificação como desnecessária ou ao menos voluntária, outros defendiam diferentes formas de garantir a qualidade (principalmente a experiência da relação entre produtores e consumidores gerando credibilidade)¹¹ e outros só conseguiam ver a certificação como obrigatória e realizada por meio de auditoria/inspeção. (SANTOS, 2005, P.58).

Parece que se tem aqui um conflito em torno da certificação, que ora é vista como importante e ora é vista dotada de burocracias que se chocam com a construção teórica do processo regulatório no que se refere ao produto orgânico. Se deparamos com elementos que estão relacionados à segurança, ou seja, por mais que seja trabalhoso a tarefa de certificar, a mesma se torna fundamental para demonstrar segurança e qualidade do produto. Souza (2001), reforça a ideia de, que, a certificação é uma forma probatória de que o alimento que o consumidor está adquirindo está respaldado por um sério processo de qualidade baseado no que a lei determina. No entanto, legalmente, abre exceções em casos específicos, como no caso de venda direta ao consumidor.

A construção do marco legal foi fundamental para a definição dos critérios que regem a produção orgânica, onde a mesma possibilitou significativas conquistas nesse campo de atuação. A Lei 10.831 (BRASIL, 2003), é a principal lei referente agricultura orgânica brasileira. A mesma estabelece as normas, critérios, procedimentos de fiscalização, bem como as sanções voltadas para a comercialização de produtos orgânicos e, define, portanto, as regras e responsabilidades pela qualidade orgânica, o que pode e não pode dentro da produção de alimentos orgânicos, desde os insumos até o alimento final.

Santos (2005) ressalta, que, durante a construção do marco legal foi de suma importância a participação do Grupo da Agricultura Orgânica que compunha diversas organizações e que reivindicavam uma lei que englobasse toda diversidade de agricultura orgânica no Brasil, inclusive que abarcasse os pequenos produtores. Para o mesmo autor, o problema parecia estar relacionado no que se refere na inclusão da diversidade tipológica de produção orgânica no Brasil e a inclusão dos diversos atores sociais no processo de certificação, inclusive na certificação participativa.

Dessa forma, a partir de um estudo feito pelo Icepa em Santa Catarina, o mesmo auxiliou nas conclusões das características da agricultura orgânica no Brasil e, portanto, dispõe, segundo Santos (2005), os seguintes resultados:

Que a **AO é incipiente**: No estudo, apenas 0,35% da agricultura catarinense foi considerada orgânica. Deduzindo assim, que deve haver mais esforços e apoio para que esse setor possa se desenvolver mais amplamente. Também resultou que, **processos participativos** de garantia, são uma realidade, pois 68% das iniciativas certificadas são feitas por meio da certificação participativa. Nesse sentido, verifica-se que a dinâmica participativa no processo de garantia de qualidade orgânica possa ser mais adequada social e economicamente para os pequenos agricultores.

A lei nº 10. 831, possibilitou, portanto, avanços no sentido da produção orgânica e na certificação trazendo consigo alguns mecanismos de garantia, que, possibilitaram inclusive a certificação participativa. Portanto, Saminéz et. al. 2008, destaca:

Os mecanismos de avaliação da conformidade e garantia da qualidade dos produtos orgânicos brasileiros são diferenciados conforme o agente responsável e os procedimentos utilizados na avaliação. No Brasil, são reconhecidos três mecanismos de garantia: a certificação por auditoria, os sistemas participativos de garantia (SPG), que fazem parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), e o controle social para a venda direta sem certificação (BRASIL, 2008, p.3).

Sobre os mecanismos de sistemas participativos, Medaets e Fonseca (2005), destacam que na “Certificação Participativa, os associados contribuem com uma mensalidade pequena, e os processos de certificação recebem recursos dos projetos de desenvolvimento sustentável para efetuar os controles internos”. Em um processo de certificação participativa, como no caso da Rede Ecovida a mensalidade cobrada é de R\$ 35, 00 mensais para os associados.

Embora, segundo Santos (2005), a certificação fora um elemento visto como um entrave na agricultura orgânica e, sobretudo no que tange a participação do público de pequenos produtores da agricultura familiar, a mesma, com esforço desses atores, foi alcançada. Portanto, a superação das barreiras, possibilitou e conquistou a participação social no processo certificativo, onde se reflete um marco importante dentro da lei nº 10.831.

Para Cristina Monti² *apud* Santos (2005, p. 61), o problema da certificação, na verdade se estendia ao que se refere as grandes certificadoras e as pequenas certificadoras. O velho debate entre as forças competitivas globalizadas e a luta dos pequenos produtores. Mas, com muito esforço, essa categoria vai, aos poucos, conquistando suas demandas e suas aspirações no mercado.

Diante da abordagem, acerca do processo certificativo, é importante perceber que, apesar do que a certificação possa significar e refletir, não podemos esquecer que a prática e o esforço para a consolidação da agricultura orgânica e agroecológica, vem como prioridade para as organizações que trabalham com esse tipo de produção. Para Passos e Isaguirre-Torres (2013), a certificação é uma conquista e um desafio a parte, que reforça e gera um estímulo a mais para o agricultor que atualmente está inserido nesse tipo de agricultura, bem como facilita a oportunidade nas decisões políticas.

2.2 O processo de certificação na Rede Ecovida e a obtenção do selo

Assim como todo e qualquer tipo de certificação com base ecológica, a rede Ecovida também possui um rígido processo de qualidade e de confiabilidade no que se refere a questão de certificar. Possui normas e regras que vão desde a produção agroecológica até a fundamentação e metodologia da CPR. Possui um diferencial por ser um processo participativo, ou seja, são os membros que legitimam e contribuem na construção da validação certificativa de cada participante da rede dentro dos respectivos núcleos que compõe a mesma. (Perez, 2012).

Segundo Santos (2005, p.41), “tanto as normas de produção quantos as normas de certificação na rede, foram produzidas de maneira participativa visando ser mais simplificadas e adequadas à peculiaridade da produção ecológica de cada região e contexto em que está inserida”. O mesmo autor ainda destaca que desse modo se alcançam os objetivos e princípios agroecológicos que devem ser praticados dentro da atuação dos núcleos regionais, destacando assim a importância dos mesmos nesse processo.

² Conges – Consorzio di tutela del prodotto giusto, ético e solidale (Itália).

Sobre a consolidação da certificação dentro da Rede Ecovida, Rover (2011), destaca:

A Ecovida resistiu até o limite para se oficializar como uma organização de certificação, procurando não contratar e nem se tornar uma organização de certificação por auditoria, visto que sua marca é a proposta da certificação participativa. Quando o decreto federal, de cuja construção membros da Ecovida participaram, abriu a possibilidade legal para a certificação participativa, ela se viu contemplada na norma. Mesmo assim, esperou até o prazo limite posto pelo decreto para oficializar a sua condição de OPAC e se credenciar junto ao MAPA, previsto no mesmo decreto como condição para compor o Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica. (ROVER, 2011, p.60).

Existem na rede uma série de documentações que arquivam todo o conteúdo normativo da certificação. Dentre essas documentações podemos destacar o caderno de formação, o dossiê Ecovida e o caderno de normas. Essas normas foram sendo construídas ao longo de todo tempo de formação da rede e sobretudo dos encontros ampliados da mesma em toda região sul do Brasil. Em relação às normas de certificação da rede Ecovida, Santos (2005) aponta:

As normas e os princípios de certificação participativa, bem como o roteiro orientador das visitas do Conselho de Ética e a proposta de FRC³ contidos no caderno de formação da Rede Ecovida foram construídos de maneira semelhante às normas de produção ecológica com a particularidade de ter sido um processo eminentemente endógeno, produzido a partir do acúmulo e percepções da ECOVIDA em suas relações internas e externas com outras organizações, não somente através de seus quase sete anos de existência como também por todo o tempo anterior que culminou no seu surgimento. (SANTOS, 2005, p. 42).

Para Silva (2013), o surgimento de um manual próprio da Ecovida, que rege as normas para obtenção do selo, se deu através do árduo trabalho da rede, do reconhecimento do pequeno produtor ecológico e da regulamentação da lei dos orgânicos.

Diante da abordagem sobre o processo de construção das normas, regras e de como o produtor deve se inserir no mundo da certificação através da produção orgânica e agroecológica, é importante mencionar como se dá essa dinâmica dentro da Rede Ecovida, ou seja, como funciona os mecanismos da

³ Formulário para Requerimento da Certificação

certificação participativa. Destaca-se aqui, portanto, o quadro que demonstra essas características.

Quadro 1: Características da certificação participativa em rede.

Espaço abrangência ou	Público de trabalho	Mecanismos de controle	Denominação da fase
Unidade Produtiva ↓	Agricultor(es)	Curso(s), normas, acompanhamento, croquis, planos de conversão, etc.	Formação, Informação e Compromisso
Organização ↓	Grupos Associações Cooperativas	Visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, intercâmbios, comissão de ética e suspensões.	Autofiscalização e Auto-regulação
Núcleos Regionais ↓	Organizações que compõem a Rede em certa região	Conselho de ética, formação periódica, visita dos consumidores, suspensões e representatividade.	Responsabilidade e Mútua e "Olhar externo"
Rede Ecovida	Instâncias decisórias	Acordos, monitoramento	Ampla

Fonte: SANTOS, 2002.

Para Santos (2005, p. 46), essa dinâmica participativa se “inicia através da formação e do compromisso dos agricultores em sua unidade produtiva familiar. A partir da capacitação na forma de cursos, dias de campo e acompanhamento técnico por parte da assessoria de agricultores monitores, técnicos ou agrônomos”. O autor ainda menciona que o processo “passa pela construção conjunta e compreensão das normas de produção e da CPR que contempla aspectos produtivos e de visão de futuro através da conversão de toda a unidade produtiva sob os princípios agroecológicos”.

Dentro de todo esse processo é importante mencionar os quatro pontos aos quais a CPR se dá, que são, conforme (Santos, 2005. p.44);

- a) Garantia entre agricultores (dentro do grupo e entre grupos);
- b) Relação próxima entre agricultores e consumidores (visitas e venda direta);
- c) Acompanhamento técnico pela assessoria;
- d) Olhar externo do Conselho de Ética.

A Rede Ecovida (2004), apresenta alguns princípios específicos que fazem parte da certificação participativa e que compõem o conjunto de características desse modelo de certificação, que são: Confiança, participação, descentralização, organização de base, formação de rede, transparência, olhar externo, adequação a produção familiar e processo pedagógico.

Segundo a Ecovida (2004), dentro do processo certificativo, ocorre também a obtenção do selo e da logomarca Ecovida, que por sua vez necessitam de passos mínimos para a aquisição dos mesmos. O quadro a seguir aponta os elementos necessários para a obtenção do selo.

Quadro 2: Obtenção do selo.

Passos	Informações
Integrar-se à Rede Ecovida	A adesão à Rede Ecovida ocorre através do Núcleo Regional. Para mais informações, consulte o caderno de Organização e Funcionamento.
Solicitar a certificação ao Núcleo Regional	Para viabilizar a certificação, o Núcleo Regional deve estar formado e com seu Conselho de Ética em funcionamento.
Encaminha-los ao Conselho de Ética do Núcleo.	
Preencher o Formulário para Requerimento da Certificação	Para cada unidade produtiva (propriedade, área arrendada ou outra área) é preenchido um formulário (exemplo no capítulo 5). O Núcleo ou a Rede pode solicitar outros documentos.
Análise dos formulários pelo Conselho de ética	Após análise, o Conselho de Ética poderá solicitar mais informações antes da visita.
Visita à propriedade ou agroindústria	O número de propriedades a serem visitadas fica a critério do Núcleo, devendo ser representativo à realidade do grupo. Sua escolha é de acordo com a necessidade observada pelo Conselho de Ética na análise dos formulários ou por sorteio.
Parecer do Conselho de Ética	O parecer pode ser de aprovação ou de rejeição. Em ambos os casos, sugere-se que o Conselho de Ética aponte as melhorias necessárias na propriedade ou agroindústria.
Aprovação da certificação pelo NR	Com base no trabalho do Conselho de Ética, o Núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo. O Núcleo também poderá emitir diplomas, atestados ou declarações para os membros certificados.

Fonte: ECOVIDA, 2004.

A partir então da concretização de todos os processos em questão, tanto da certificação quanto da obtenção do selo o agricultor está apto a fazer uso do mesmo, assim também como da logomarca da organização. Para a Ecovida

(2004), “o Selo é o certificado colocado nos produtos dos membros da Rede que passaram pelo processo de certificação participativa. O seu uso é restrito aos produtos ecológicos oriundos de propriedades certificadas. Destaca-se na (Figura 1) o selo e na (Figura 2) a logomarca Ecovida.



Figura 1. Selo Ecovida



Figura 2. Logomarca

2.3 A qualidade de vida como resultado da certificação

Segundo Pelicioni (1998), a abordagem sobre qualidade de vida pode estar relacionada a partir de vários fatores. Aqui, no entanto, se limitará no que se refere a alimentos orgânicos e agroecológicos e o retorno benéfico da certificação dos mesmos. A qualidade de vida estudada a partir da certificação pode estar dentro do determinante material, ao qual pode incluir a auto “sustentação”, a economia privada e a renda.

A relação que existe entre os benefícios da produção agroecológica e os benefícios que a certificação dessa produção trás, é muito tênue, fazendo com que isso reflita sob diversos setores da vida social das pessoas. Para melhor entender, um alimento certificado pode significar muito, como a garantia de alimento seguro e de origem agroecológica.

Para a Organização Mundial de Saúde (1998, p.31 *apud* Pelicioni 1998, p.22) “qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas e que eles não têm negadas oportunidades para atingir a felicidade e a plenitude, com relação ao status físico de saúde, ou as condições sociais ou econômicas”. Em tal sentido, para o trabalho tem-se tomado como base o conceito que menciona a OMS (1998) e, fazendo assim uma correlação com a agroecologia.

A abordagem torna-se ampla na medida em que relacionamos o tema com a questão da presença de agrotóxicos nos alimentos e o risco para a saúde,

tanto do agricultor quanto do consumidor. Nesse sentido cabe ressaltar, segundo um estudo realizado pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que, “um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todas as 26 Unidades Federadas do Brasil”. ABRASCO (2012, p. 15). Portanto, a relação qualidade de vida e alimentação está diretamente ligada, pois a saúde e bem-estar passa por essa instância.

A partir desse estudo pode-se fazer uma análise crítica no sentido de como é importante os indivíduos terem acesso a informação e poderem fazer suas escolhas alimentares de maneira digna e satisfatória no sentido de qualidade alimentar. Mesmo que seja difícil esse processo, a informação é fundamental e, auxilia nas escolhas alimentares.

Segundo Batalha (2000), a preocupação em relação a alimentação saudável está cada vez mais ressaltada na sociedade, fazendo com que haja mudanças no modo em que os produtos alimentícios são produzidos ao longo da cadeia produtiva, ou seja, alguns produtores rurais já estão buscando mudar de racionalidade em busca de uma produção que melhor se adapte à demanda atual. O debate acerca da produção agroecológica vem ganhando destaque, por ser uma produção que tende a preservar o meio ambiente, focando na produção de alimentos saudáveis. Para Caporal (2009, p.9) “desde muito tempo a sociedade vem buscando estilos de agricultura que sejam menos agressivos ao meio ambiente e capazes de proteger os recursos naturais, assegurar maior longevidade...]”.

Frente a esse debate não é difícil constatar os retornos que a produção agroecológica pode trazer em relação à qualidade de vida do agricultor e do seu entorno, nesse sentido, (AZEVEDO 2004, *apud* Schottz 2014, p. 6), destaca que “a diversificação da produção, associada à utilização de técnicas de manejo sustentável do solo e dos recursos hídricos e à baixa dependência de insumos externos, garante a produção de alimentos saudáveis e nutritivos”. Dessa forma também podemos constatar que, o agricultor não dependendo tanto de fatores externos para sua produção, terá menores custos produtivos, deduzindo um fator custo benefício viável em sua produção.

Dentro desse contexto, podemos também fazer uma conexão do debate da certificação e seus retornos para a qualidade de vida. Segundo Santos (2005),

a descentralização da CPR, traz vantagens no processo produtivo, como a diminuição dos custos, pois ser uma produção que se aproxima mais do consumidor, além de respeitar a realidade local e reforçar o conhecimento. Por outro lado, a certificação também entra como coadjuvante, pois uma vez que o agricultor é detentor de uma produção agroecológica, que, não possui altos custos produtivos e, ainda possui o privilégio de certificar, acaba somando no sentido de qualidade de vida. Pois um fator está relacionado com o outro. Portanto, a certificação é garantia de qualidade e somente se dá, se a produção for agroecológica ou orgânica.

Para Elaine Azevedo (2012), nutricionista, diante do estudo de caso que analisou a partir de agricultores familiares orgânicos no interior de Santa Catarina, a mesma pôde elucidar as complexas relações sobre qualidade de vida no meio rural, por outro lado também evidenciou como uma estratégia, a prática da Agricultura Familiar Orgânica, onde essa, portanto, contribui na construção dos valores sociais nesse meio ao mesmo tempo promove qualidade de vida.

Diante do que representa a Rede Ecovida de agroecologia, nota-se que, as relações sociais que se estabelecem em relação a troca de experiências e conhecimentos, se torna um esforço conjunto em busca de um objetivo comum, o fortalecimento da certificação, da produção agroecológica e, sobretudo da qualidade de vida. Perez (2012).

Para o agricultor Giovani L. C. que faz parte da Rede no interior do município de Foz do Iguaçu, “os benefícios da certificação vão além do econômico, significa a própria qualidade de vida”.

Em se tratando de uma abordagem tão significativa em termos de saúde para a população como um todo, a produção de alimentos com conotação saudável, vem somar de modo positivo, ainda que, em tempos tão conturbados em relação ao demasiado uso de agrotóxicos. Segundo a ABRASCO (2012, p. 15) os dados da ANVISA confirmam que, “[...nos últimos dez anos, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos”.

Nesse sentido, a luta a favor da produção de alimentos sem agroquímicos, dos benefícios que essa pode trazer e dos mecanismos de controle, tornam-se

fundamentais para a concretização e expansão da agricultura mais sustentável e menos agressiva tanto para a natureza quanto para o ser humano.

Correlacionando qualidade de vida num contexto agroecológico, Ana Maria Primavesi, precursora da agroecologia no Brasil, lembra o seguinte: “ O segredo da vida é o solo, porque do solo dependem as plantas, a água, o clima e nossa vida. Tudo está interligado. Não existe ser humano sadio se o solo não for sadio e as plantas, nutridas”. Primavesi nos remete, claramente então, à uma conexão que existe entre natureza equilibrada, produção saudável de alimentos, igual ser humano saudável. (Cherubini, 2012, s/p).

Os produtores rurais que fazem parte da rede, de modo geral, demonstram todo esse compromisso com uma produção alimentar que respeita os princípios agroecológicos e estão em constante busca do aperfeiçoamento e do conhecimento aliado aos retornos benéficos dessa produção.

Pode-se dizer que esses agricultores se encaixam no conceito de qualidade de vida que Forattini (1991, p.23) menciona, “qualidade de vida, em sua essência, se traduz então, pela satisfação em viver”. O mesmo autor ainda destaca que:

O estado de satisfação ou insatisfação constitui na verdade, experiência de caráter pessoal e está ligado ao propósito de obtenção de melhores condições de vida. O grau de ajustamento às situações existentes, ou então, o desejo de mudança, poderão servir para avaliar a presença ou ausência de satisfação. (FORATTINI, 1991, p. 23).

Portanto, é importante compreender que, cada agricultor reage de forma diferente às diversas situações que podem ocorrer no interior de sua propriedade rural, se adaptando melhor ao que para ele é satisfatório.

CAPÍTULO III- NÚCLEO FOZ DO IGUAÇU DA REDE ECOVIDA: CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES DA AMOSTRA

3.1 A agroecologia e a agricultura orgânica como aliada da certificação

Algumas agriculturas são consideradas propícias no sentido de possibilitar a certificação de produtos agrícolas. Nesse sentido é necessário inicialmente fazer um aporte conceitual de cada agricultura em questão. Em meio a tantos significados, encontra-se aqui duas denominações de agricultura, a orgânica e agroecológica, que por ora possuem distintos significados, mas que

estão envoltos em objetivos comuns. Diante disso, Dulley (2003), faz uma abordagem acerca das diferentes definições referentes aos considerados sistemas de produção alternativos, os quais não utilizam agrotóxicos e nem agroquímicos.

Para Dulley (2003), embora possa parecer secundário a questão semântica dos termos, é fundamental considerar as diversas conotações práticas que se apresentam. Nesse sentido o autor destaca que, “nas circunstâncias atuais tem implicações técnicas, sociais, legais, filosóficas, éticas e na organização social, definindo sistemas sociais produtivos que, tendo um núcleo comum de princípios, apresentam diferenças em detalhes...].” (DULLEY, 2003, p.96).

A diferenciação dos termos, no entanto, faz-se necessária devido a características próprias de cada agricultura em questão. Portanto, segundo Assis e Romero (2002);

[...apesar da origem imbricada, agroecologia e agricultura orgânica não devem ser vistas como sinônimos, na medida em que no primeiro caso, a agroecologia é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura inter-relacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento para a agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a esta atividade econômica. (ASSIS, ROMERO, 2002, p. 73).

Diante do afirmado, verifica-se claramente que existem pontos que definem as diferentes agriculturas aqui analisadas. Portanto, assim como agroecologia, a agricultura orgânica tem suas características definidas e, segundo Assis e Romero (2002, p.74) “a agricultura orgânica é uma prática agrícola, um processo social que apresenta diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, onde em função de como esta ocorre, os limites teóricos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau”. Os mesmos autores ainda destacam:

Preocupações com o consumidor, esbarram muitas vezes na estreiteza dos gostos de consumo que determinam a necessidade de um abastecimento contínuo e a concentração do mercado em alguns produtos. Esta pressão de mercado favorece o estabelecimento de sistemas orgânicos de produção com base em tecnologias de produtos, expressos em alguns exemplos monoculturais de produção orgânica, cujo objetivo principal é a busca constante de aumento de produtividade, através do aporte de insumos alternativos externos a propriedade. Estes exemplos privilegiam fatores econômicos, em detrimento de questões agronômicas, ecológicas e sociais,

desconsiderando o princípio agroecológico de equilíbrio entre estes fatores, expondo assim ao risco a sustentabilidade do sistema. (ASSIS, ROMERO, 2002, p. 74).

Diante disso, a caracterização dos termos aponta para uma importante análise em relação a prática de cada uma dessas agriculturas. Para Dulley (2003), “as diferenças entre as características técnicas, econômicas, sociais e ambientais e entre esses sistemas de produção decorrem, em grande medida, da maneira como a natureza é pensada pela sociedade, principalmente, pelos produtores, e resultam disso as várias denominações vigentes”.

Em relação a dinâmica que a agricultura orgânica exerce dentro da sociedade, segundo (Cerveira e Castro 1999, *apud* Assis e Romero 2002), a mesma tem uma importância primeira em relação a não utilização de agrotóxicos e posteriormente vem a questão ambiental como preocupação dentro da cadeia produtiva, bem como de consumo. Da mesma forma, sobre a questão de mercado dos orgânicos, Assis e Romero (2002, p. 74) discorrem que, “a sobrevalorização do produto em si em detrimento da importância da forma como este é produzido, permite-se o estabelecimento de padrões de procedimento que implicam, em determinado aspecto, em um reducionismo na visão do necessário equilíbrio do agroecossistema para outra em que o enfoque passa a ser o que é ou não permitido”.

Analisando a amplitude dos termos é notável características diferenciadoras, embora, aparentemente possuam alguns objetivos em comum, tais como a isenção de agrotóxico na produção.

Para Assis e Romero (2002, p.73), “sistemas de produção de base agroecológica caracterizam-se pela utilização de tecnologias que respeitem a natureza, para, trabalhando com ela, manter ou alterar pouco as condições de equilíbrio entre os organismos participantes no processo de produção, bem como do ambiente”. A partir disso, podemos discorrer sobre o privilégio que essas agriculturas, tanto orgânica, quanto ecológica, podem trazer para o agricultor detentor das mesmas, assim como para o entorno em que estão inseridas.

Em relação a um contexto mais amplo, Assis e Romero (2002) destacam que,

[...o processo de produção agrícola deve estar necessariamente vinculado a um desenvolvimento social e econômico sustentável, ou

seja, a agricultura deve ser entendida como uma atividade econômica que permita suprir as necessidades presentes dos seres humanos, respeitando os limites ambientais de forma a não restringir as opções futuras. (ASSIS, ROMERO, 2002, p. 73).

Trazendo a abordagem sobre a agricultura agroecológica e orgânica para o campo das características positivas em relação a fatores econômicos, sociais e ambientais, as mesmas, apontam um horizonte para além das fronteiras, cujas características favorecem várias reivindicações da sociedade moderna, incluindo, desde produção de alimentos saudáveis até a própria questão da sustentabilidade. (Soglio e Kubo, 2009).

Para Altieri (1998), a agroecologia aborda e inclui princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos que compreende uma visão mais profunda da natureza. Do mesmo modo avalia efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. O mesmo autor ainda conclui que a agroecologia “utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais”. (ALTIERI, 1998, p. 23).

No que se refere a mecanismos participativos, como as que a Rede Ecovida dispõe, Chambers (1983) Altieri (1998) destacam um exemplo positivo da agroecologia nesse sentido:

A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (CHAMBERS, 1983 *apud* ALTIERI, 1998, 27).

Analisando os aspectos mencionados a respeito da agroecologia, a mesma significa um potencial, uma aliada em se tratando de produção que compreende aspectos naturais, ecológicos e que respeitam na medida do possível os ciclos naturais da natureza. Dessa forma o agricultor se privilegia de uma agricultura adaptada para tecnologias, como a exemplo da certificação dos alimentos produzidos dentro dessa lógica.

3.2 Caracterização dos agricultores certificados do município de Foz do Iguaçu- Paraná.

Os agricultores certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia, que vivem no espaço rural do município de Foz do Iguaçu, não obstante se encaixam em características típicas da agricultura familiar ou campesina. Embora, segundo Wanderley (2003), exista uma dificuldade de definição do termo agricultura familiar, a autora destaca:

[...] o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Para tanto, no que se refere ao conceito de agricultura familiar, Wanderley (2003) ainda menciona que existe uma ruptura e uma continuidade do conceito, onde o agricultor familiar inserido num contexto moderno, se reinventa e se torna o autor de sua própria história.

Os modos que caracterizam os agricultores familiares em Foz do Iguaçu, constituem formas diferenciadas de enxergar o trabalho no meio rural, bem como estabelecem seus próprios objetivos de vida. Dessa forma Basso (2013), reforça que:

Ao desenvolverem suas experiências de vida e de produção, os atores sociais lutam para ser percebidos em suas maneiras particulares de conduzir suas ações e para ter acesso ao universal. Engajamento que se expressa num esforço de (re)construção da modernidade, de rompimento com a sua forma mais ambiciosa, que, ao agir conforme as suas leis, a humanidade caminha, simultaneamente, em direção à abundância, à liberdade e a à felicidade. (BASSO, 2013, p. 49).

Nesse sentido, a Rede Ecovida reflete uma dinâmica importante tanto na autonomia individual e, na construção de projetos de vida dos indivíduos, quanto na construção de um projeto coletivo com múltiplas racionalidades e que não se limitam a questões econômicas, o que difere a rede em todo seu contexto. Schultz (2008). Ainda segundo Ferreira et. al. (2007), “para que o ator social se

realize como sujeito, ele necessita de um projeto com três elementos indispensáveis: a resistência à dominação, a luta pela liberdade e o reconhecimento do outro como sujeito”.

Um aspecto importante que se observou durante a pesquisa, foi a participação das mulheres no trabalho do dia a dia na propriedade. Com exceção somente de um agricultor que mora sozinho. Pode-se dizer que, as mulheres, auxiliam na promoção do desenvolvimento dentro do contexto agroecológico em que vivem. Nesse sentido, Guevara e Junior (2012) relatam por meio de um estudo de caso, que, as mulheres contribuem através do seu trabalho, a promover o modelo de desenvolvimento agroecológico.

Referente ao mercado, os agricultores relatam ter dificuldades em relação a oferta e demanda. A demanda por alimentos orgânicos é maior que a oferta. Destacando assim para a garantia de venda se tivessem oferta suficiente. Frente a esse fato, os agricultores sempre procuram por novas alternativas, criando assim o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. Diante disso Magnanti (2008) destaca:

Historicamente, a comercialização tem sido um gargalo para a expansão da Agroecologia. Normalmente existe dificuldade em manter os mercados locais abastecidos com diversidade, quantidade e qualidade durante o ano todo. Assim sendo, um grupo de instituições de agricultores familiares agroecológicos e algumas entidades de assessoria tomaram a iniciativa de se articular para resolver essa limitação. A partir do trabalho coletivo dessas organizações foi criado o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. (MAGNANTI, 2008, p. 26).

As famílias agricultoras de cada núcleo da Rede, necessitam se reunir a cada mês para a articulação de informes importantes relacionados a atualização de informações sobre a certificação. Nesse sentido Kubo (2009, p. 136) menciona que, [...] “as metodologias participativas buscam privilegiar a dimensão de grupo na análise e tomada de decisões, é necessário, por outro, atentar para o fato de que todos os aspectos grupais se fazem presentes em meio a relação de poder”. Para além disso, a metodologia participativa da Rede, é um momento de troca de experiências e de integração, o que reforça a importância dos objetivos propostos pela mesma.

Na figura abaixo destaca-se para a reunião que se deu na propriedade de um agricultor certificado pela Rede Ecovida.

Figura 3. Foto da reunião dos agricultores da Rede Ecovida em Foz do Iguaçu.



Fonte: João E. P. Cândido

É a partir dessas reuniões, bem como dos encontros anuais e mensais da Rede, que se estabelecem relações de fortalecimento da agroecologia. Perez (2012).

Em relação ao comportamento frente a questão do mercado e a busca por diferentes alternativas, Basso (2013, p. 49), menciona que:

[...] compartilha-se com o pressuposto de que os atores sociais, ao tomarem consciência do efeito “deculturativo” da sociedade centrada no mercado, implementam condutas objetivando estabelecer outros sentidos às suas práticas sociais. Os atores sociais, por meios de suas práticas sociais atribuem outras significações às suas condutas, revelando outros sentidos em suas ações. De modo que se recusam a permanecer limitados a condutas guiadas pela lógica da sociedade moderna centrada no mercado.

Diante da abordagem, portanto, da dinâmica estabelecida pela Rede, e do trabalho exercido pelos seus membros, é perceptível uma outra forma de pensar agricultura, concebida a partir de princípios que resistem a forma hegemônica de produção.

3.3 Resultados: Dados estatísticos e avaliação do impacto da certificação dos agricultores do núcleo Foz do Iguaçu da Rede Ecovida.

Após o estudo a campo com o auxílio da metodologia de coleta de dados via questionário, pôde-se obter significativas informações a respeito do impacto da certificação orgânica dos agricultores da Rede Ecovida, situados no interior do município de Foz do Iguaçu. O estudo possibilitou o contato com informações importantes sobre a viabilidade da certificação, bem como os benefícios e desafios da mesma.

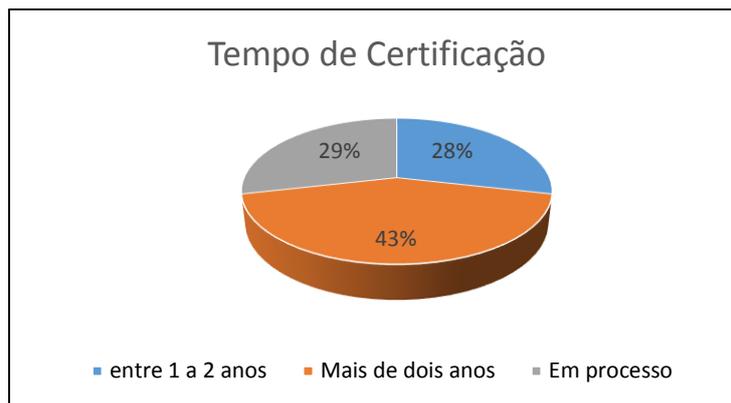
É importante mencionar aqui, que dos produtos certificados entre os agricultores, destaca-se: Vegetais como, verduras, legumes, também frutas e raízes. Em relação a amostra avaliada, abarcou-se 100% dos produtores tanto certificados quanto em processo de certificar. Destaca-se a seguir também o quadro sobre características do tamanho da propriedade e da localização.

Quadro 3: Informações gerais da propriedade, produção e localização.

NOME	SITUAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA TOTAL	ÁREA ORGÂNICA	PRODUTOS QUE PRODUZ
Agricultor I	Certificado	Alto da Boa Vista	2,4 Hectares	2,0 Hectares	Produção vegetal em geral*
Agricultor II	Certificado	Bairro Cognopolis	2,0 Hectares	6, 500 m ²	Produção vegetal em geral*
Agricultor III	Certificado	Bairro Remanso Grande	2,3 Hectares	2,3 Hectares	Produção vegetal em geral*
Agricultor IV	Certificado	Mata Verde	6,3237 Hectares	6,3237 Hectares	Produção vegetal em geral*
Agricultor V	Certificado	Vila Vitorassi	0,5 Hectares	0,5 Hectares	Produção vegetal em geral*
Agricultor VI	Em processo	Imóvel Alwin Vasco da Gama	18.000 m ²	18.000 m ²	Produção vegetal em geral*
Agricultor VII	Em processo	Bairro Remanso Grande	15 Hectares	8 hectares	Produção vegetal em geral*

Dos dados coletados, podemos destacar, referente ao tempo de certificação dos agricultores em questão, o seguinte gráfico:

Figura 4. Gráfico tempo da certificação dos agricultores.

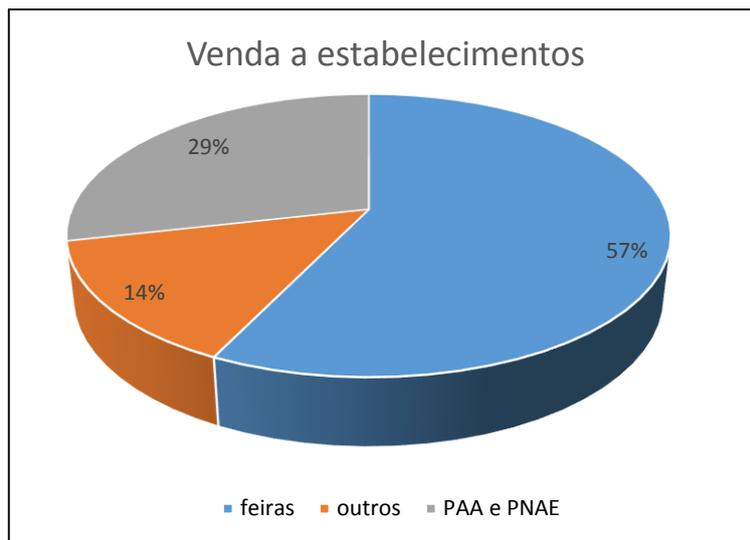


Fonte: o autor

O gráfico aponta que, a maior parte dos agricultores estão mais que dois anos certificados, representando 43 % da amostra pesquisada. O que indica que a grande maioria concretizou as exigências para a certificação além de possuírem uma experiência em suas atividades produtivas.

A certificação participativa nesse núcleo da Rede Ecovida possibilitou para os agricultores um maior contato com mercados locais que os beneficiou, portanto, tanto no acesso quanto no aumento da renda. A consequência positiva do melhor alcance dos diversos mercados, como os institucionais, por exemplo, o PAA e PNAE, através da certificação, bem como a venda nas feiras denota também, como informação camuflada, uma realidade crescente na sociedade, cuja se relaciona com a alta demanda por alimentos orgânicos. Nas figuras 5 e 6 a seguir, verifica-se a venda nos estabelecimentos e o impacto no aumento da renda.

Figura 5. Gráfico da venda em relação aos diferentes mercados.



Fonte: o autor

No gráfico é possível notar que mais de 50% dos agricultores vendem seus produtos em feiras localizadas na cidade de Foz do Iguaçu. Em seguida os dados pontam que quase 30% vendem para mercados institucionais a exemplo do PAA e PNAE, que são mercados institucionais, sendo que, o programa PAA passa pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e também pela Conab.

Essa oportunidade de venda e acesso a esses diversos estabelecimentos possibilita uma vantagem no aumento da renda dos produtores certificados em questão. Outro fator que influi diretamente na renda do produtor está relacionado com a agregação de valor que o produto certificado gera. No quadro 4 e na figura 6 destaca-se, portanto, os aspectos sobre a renda.

Quadro 4- Dados sobre o aumento da renda.

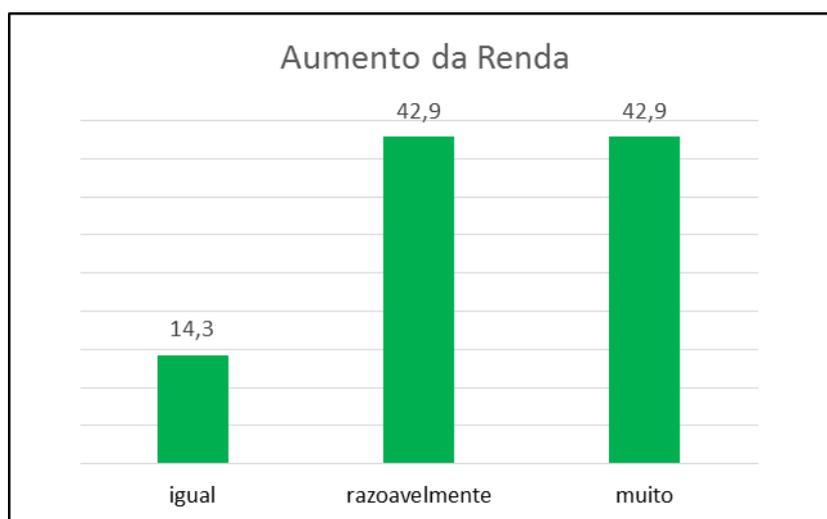
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Validade	igual	1	14,3	14,3	14,3
	razoavelmente	3	42,9	42,9	57,1
	muito	3	42,9	42,9	100,0
	Total	7	100,0	100,0	

Fonte: o autor

O quadro destaca que quase 60% dos agricultores certificados apontam para um aumento significativo na renda mensal. Traduzindo desse modo

aspectos relevantes tanto para a certificação do produto vendido, quanto para a agregação do valor que a mesma confere ao produto. Porém, mesmo que a certificação signifique um potencial à parte relacionada com a renda, os resultados ficaram divididos entre agricultores que sugeriram um aumento razoável e outros que assinalam para um relevante aumento. O gráfico a seguir detalha essa percepção.

Figura 6- Gráfico sobre opinião referente a renda.

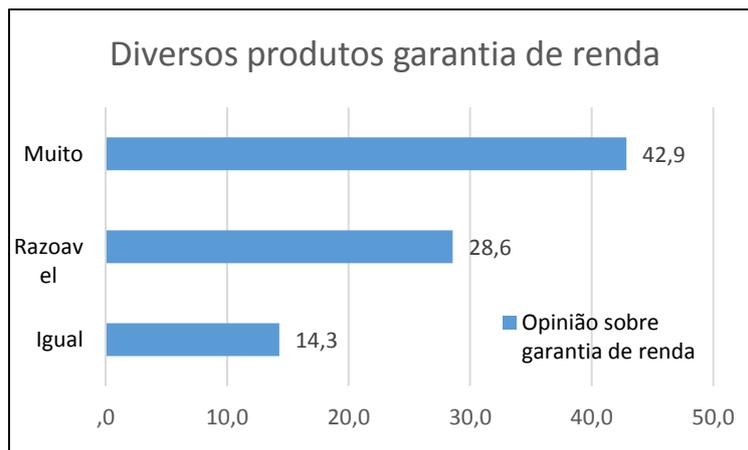


Fonte: o autor

Fica claro na percepção dos agricultores entrevistados, que, a certificação promove um aumento razoável para a metade entrevistada e um aumento relevante para a outra metade dos entrevistados em questão.

Ainda referente a renda, os agricultores mencionam que, a variabilidade de produtos garante uma segurança no retorno financeiro. O agricultor Paulo Tafarel relata se sentir mais seguro com a diversificação de produtos, pois quando um cultivo não está produzindo devido à época, existe outro produto que pode vender. O gráfico a seguir comprova essas informações.

Figura 7- Diversificação de produtos e a garantia de renda.



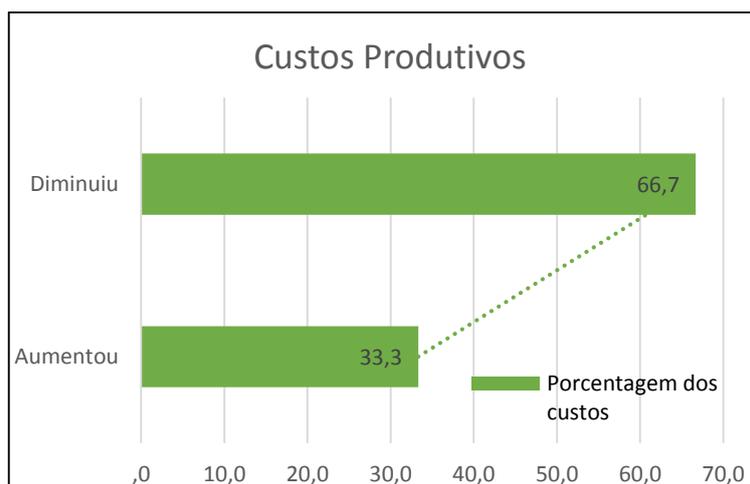
Fonte: o autor

Contudo, sobre custos produtivos, existe um impacto marcante na percepção relacionada aos custos de produção em uma propriedade certificada. Para Meirelles coordenador da Rede Ecovida (1985), diante dos princípios da Rede, um mercado, deve permitir o escoamento de uma produção diversificada, dentro da lógica de soberania alimentar, que permita um melhor retorno financeiro para o agricultor e, inclusive, baixos custos operacionais.

A partir da pesquisa realizada foi possível também captar informações sobre os custos produtivos, os quais refletem uma redução significativa dentro das características de um processo de certificação participativa em uma realidade agroecológica. Ou seja, uma propriedade certificada, possibilita o agricultor a reduzir seus custos operacionais, pois fica menos dependente de insumos externos dentro da ótica do mercado homogeneizador. Pois tem a oportunidade de acesso a ferramentas produtivas a partir da sua própria propriedade, devido a estar inserido em um contexto ecológico. Como Ferreira et.al. (2007, p.135) destaca que “esses novos atores se organizam em torno de uma proposta diferente, recuperando os princípios e antigas reivindicações dos movimentos ecológicos, como a diminuição no custo da produção e maior autonomia dos agricultores, aliando a busca por sustentabilidade social à ambiental”.

Diante da abordagem destaca-se, portanto, o resultado sobre os custos produtivos no gráfico que segue:

Figura 8 – Gráfico dos custos referentes a produção.



Fonte: o autor

O gráfico aponta que quase 70% dos agricultores certificados indicaram uma diminuição nos custos produtivos. Revelando assim um resultado positivo e significativo em termos econômicos, viabilizando dessa forma a produção agroecológica e orgânica a partir dos mecanismos da certificação participativa.

Assim como os dados apontam para uma positividade na certificação de produtos orgânicos em relação aos custos, da mesma forma, sobre a agregação de valor ao produto e a um mercado de consumidores exigentes acrescenta-se o mesmo. Sendo assim Nantes e Vilckas (2007), destacam:

Com o aumento da preocupação dos consumidores com a saúde, com a qualidade dos produtos e com a conservação do meio ambiente, um mercado que tem apresentado expressivo crescimento nos últimos anos e que tem ainda grande potencial de expansão é o de produtos orgânicos. Esse é um mercado relativamente novo no Brasil e ações de agregação de valor permitem atender as necessidades e desejos desses consumidores, que em geral são mais exigentes e informados. (NANTES, VILCKAS, 2007, p.27).

Para Nantes e Vilckas (2007), a agregação de valor aos produtos, torna-se uma estratégia de gestão nas atividades rurais a fim de diferenciar o produto e se sobressair em um contexto competitivo. Os autores ainda mencionam que “com a agregação de valor, o produtor pode desenvolver novos mercados e estabelecer seu produto de forma mais sólida nos mercados atuais. Os benefícios da agregação de valor aos produtos agrícolas são indiscutíveis [...]”. (NANTES, VILCKAS, 2007, p. 27).

Referente, portanto, a agregação de valor dos produtos orgânicos certificados, a pesquisa mostra resultados que comprovam essa característica como se pode verificar no gráfico a baixo.

Figura 9- Gráfico da agregação de valor.

Fonte: o autor

O gráfico mostra que para 75% dos agricultores entrevistados, o produto certificado traz em si um valor agregado, bem como significa um diferencial como produto alimentar, significa alimento seguro.

Além da agregação de valor, a certificação possibilitou a agregação de novos clientes. Em relação a essa informação, os agricultores também relatam que existe uma demanda muito grande por alimentos orgânicos, por outro lado, sentem dificuldade em produzir o suficiente, significando que possuem uma oferta menor que a demanda em contrapartida ao número de consumidores. Sobre a agregação de novos clientes o gráfico que segue aponta:

Figura 10- Gráfico da agregação de clientes.

Fonte: o autor

O gráfico mostra que a certificação possibilitou um aumento de quase 90% de agregação de novos clientes. Isso significa também, que, houve um maior contato com novos mercados, assim como já foi mencionado no gráfico sobre venda aos estabelecimentos. Ou seja, essa informação reforça que a certificação possibilitou maior aderência de clientes.

Referente as dificuldades durante o processo de certificação, a pesquisa possibilitou também a identificação de alguns elementos que influenciam nesse sentido. Das dificuldades apontadas pelos agricultores, foram: problemas com agrotóxicos provindos da propriedade do vizinho, tempo de conversão, barreira de proteção contra agroquímicos, terreno insuficiente para atender a demanda.

Os problemas apontados devem ser superados antes de certificar, devido as normas que discutem os critérios certificativos dentro da Rede Ecovida. A figura a seguir mostra o resultado sobre a existência da dificuldade em certificar.

Figura 11. Gráfico sobre a dificuldade em certificar.

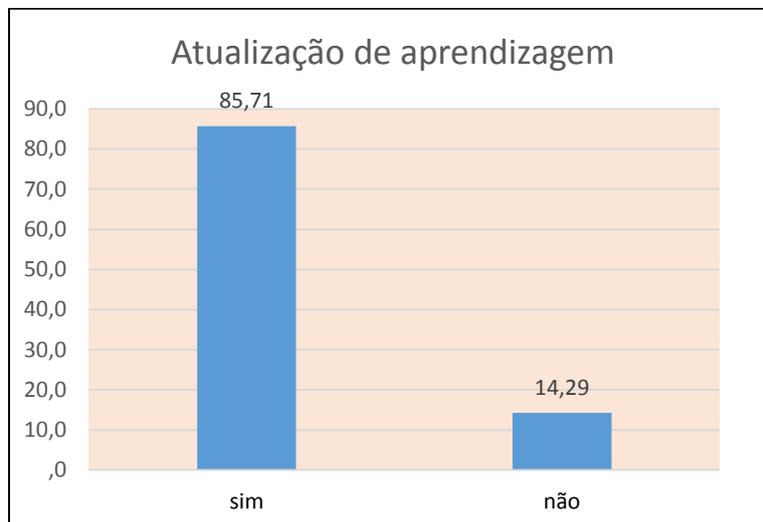


Fonte: o autor

Segundo os agricultores, mais de 50% mencionaram ter problemas para certificar. O que demonstra que o processo da certificação de alimentos orgânicos conflui com padrões de qualidade rigorosas e que devem ser respeitadas a fim de se obter o selo. Questões como a contenção do agrotóxico a partir da barreira de vegetação na propriedade é uma das exigências, a qual se torna fundamental para certificar o produto alimentício ali produzido.

Para que o processo certificativo também possa se concretizar, o mesmo requer atualização de aprendizagem, segundo os agricultores, os quais assinalam para isso, como podemos ver na figura que segue.

Figura 12. Gráfico referente a necessidade de atualização sobre a certificação.



Fonte: o autor

Essa atualização ocorre durante e após a propriedade ter sido certificada. O gráfico mostra que quase 90% dos entrevistados destacam a necessidade de se atualizar quando estão inseridos num contexto que envolve certificação.

Todas as informações já mencionadas sobre o processo certificativo são fundamentais para validar a hipótese da principal variável em estudo, a qualidade de vida. Diante do objetivo, que é procurar entender se a certificação traz qualidade de vida aos agricultores, a pesquisa se revelou satisfatória na coleta dessa informação. Após questionar aspectos importantes que refletem na qualidade de vida e a possibilidade de a certificação trazer a mesma, foi unânime as respostas em relação a essa questão, como pode-se verificar no gráfico abaixo.

Figura 13- Gráfico do resultado sobre a qualidade de vida.



Fonte: o autor

Sobre a qualidade de vida aqui estudada, vale a pena lembrar que a mesma se dá em um contexto ecológico e que, é reflexo de um conjunto de elementos importantes para os produtores, os quais priorizam inclusive o convívio harmônico com a natureza buscando sempre alternativas sustentáveis. Diante disso Castro Neto et.al. (2010) destaca:

A desigualdade socioeconômica e a falta de sustentabilidade no campo remetem a soluções emergenciais para colocar a qualidade, a segurança alimentar e a saúde pública acima de vantagens empresariais e conciliar, assim, a qualidade de vida e a agricultura de forma ecologicamente sustentável. (CASTRO NETO et.al.,2010, p.75).

A pesquisa, portanto, comprova que a certificação orgânica promove qualidade de vida por meio de vários aspectos, como a diminuição de custos, a agregação de valor ao produto, o aumento da renda e, sobretudo por se dar em um ambiente agroecológico.

IV- CONCLUSÃO

O estudo aqui apresentado descreveu uma breve contextualização sobre a Rede Ecovida de Agroecologia situada na região sul do Brasil, bem como avaliou de que forma ocorre o processo da certificação participativa dentro da Rede. A Certificação Participativa em Rede, é a metodologia empregada a fim de obter a selo para o produto alimentício produzido. O objetivo neste trabalho foi avaliar aspectos referentes ao processo certificativo de uma amostra de sete agricultores certificados no interior do município de Foz do Iguaçu, Paraná.

Dentre os objetivos da pesquisa, os mesmos ainda incluíram a avaliação dos benefícios da certificação e sua relação com a qualidade de vida, a agregação de valor, o aumento da renda, entre outros fatores.

As características que puderam ser observadas sobre os agricultores que fazem parte no trabalho, é que os mesmos constituem aspectos da agricultura familiar e são agroecológicos, ou seja, a forma como trabalham no meio rural e como concebem o mesmo, estão relacionados com princípios da agroecologia. De modo geral os agricultores em questão demonstraram preocupação referente ao meio ambiente e a preservação da natureza. Referente a produção orgânica, Castro Neto et.al (2010, p.91), ainda lembra que, “no contexto atual, os pequenos proprietários rurais veem na agricultura orgânica, uma atividade diversificada de produção e, uma estratégia para promover seu desenvolvimento econômico e social agregando valor aos seus produtos”.

Na pesquisa em si, fez-se uma análise de impacto da certificação, cuja possibilitou captar importantes informações e, que foram geradas a partir da metodologia da estatística descritiva. Os resultados estatísticos coletados se mostraram positivos para a dinâmica de agricultura orgânica e agroecológica. Referente a certificação, a mesma demonstrou ser uma excelente escolha e estratégia para pequenos produtores familiares.

Enfim, a pesquisa revelou através do apoio estatístico, que a certificação de alimentos orgânicos possibilita alguns fatores como: Melhor retorno financeiro, agregação de valor ao produto, diminuição dos custos produtivos, agregação de novos clientes, acesso a mercados diferenciados e, sobretudo, a qualidade de vida, cuja foi a variável principal a ser comprovada a partir do estudo.

Contudo, o trabalho valida a Hipótese no sentido de que, a certificação, sim, gera um aumento na qualidade de vida dos pequenos agricultores familiares situados no município de Foz do Iguaçu.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Devido ao tamanho da amostra ser pequena, não foi possível aplicar o método da análise inferencial da (regressão linear), desse modo não se pôde inferir a partir desse modelo estatístico, que a qualidade de vida aumentou por

meio de uma variável específica, como o aumento da renda, a diminuição de custos, etc.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel: **Precisamos de agricultura com estratégias de adaptação para mudanças climáticas**. 2013; Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Miguel-Altieri-Precisamos-de-agricultura-com-estrategias-de-adaptacao-para-mudancas-climaticas%0A/3/29772> >. Acessado em: 01 set. 2015.
- ASSIS; Renato Linhares de; ROMEIRO; Adernar Ribeiro; **Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências**; Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

- AZEVEDO, Elaine; **Nutricionista analisa a produção agroecológica e orgânica no Brasil**; Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/409-nutricionista-analisa-a-producao-organica-no-brasil>> 01 out. 2015.
- BASSO, Dirceu; **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**; 2013- Porto Alegre- RS; 238 f.; Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_66_DIRCEU_BASSO.pdf>.
- BATALHA, Mário O; TOLEDO, José Carlos de; AMARAL, Daniel Capaldo; **QUALIDADE NA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR: situação atual e perspectivas**; RAE- Revista em Administração de Empresas• v. 40• n. 2• Abr/Jun. 2000.
- BATALHA; Mário O.; BUAINAIN; Antônio M.; SOUZA FILHO; Meirelles **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**; Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf>; acessado em 24/10/15 às 20:30.
- CAPORAL; Roberto Francisco; **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**; Brasília: 2009, 30 p.
- CARNEIRO, F F; PIGNATI, W; RIGOTTO, R M; Augusto, L G S. RIZOLLO, A; MULLER, N M; Alexandre, V P. Friedrich, K; MELLO, M S C. Dossiê ABRASCO –**Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.
- CASTRO NETO; Nelson de; DENUZI; Vanessa Stafusa Sala; RINALDI; Rúbia Nara; STADUTO; Jefferson A. Ramundo; **Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar**; Revista **Percurso- NEMO**; Maringá, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010 ISSN: 2177- 3300 (on-line). Disponível em: < <http://foz.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/PRODU%C3%87%C3%83O-ORG%C3%82NICA-UMA-POTENCIALIDADE-ESTRAT%C3%89GICA.pdf>>. Acessado 01 nov. 2015 às 19:01.
- CHERUBINE, Gustavo Belic; **Ana Primavesi: Um prêmio mais que merecido**; Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/ana-primavesi-um-premio-mais-que-merecido>>. Acessado em 16/10/2015 às 22:36.

- DULLEY; Richard Domingues; **Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica?**; Informações Econômicas, SP, v.33, n.10, out. 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/seto3-1003.pdf>>, acessado em 22/09/2015 às 21:30.
- ECOVIDA; **CADERNO de formação: certificação participativa de produtos ecológicos**. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004, 48 p.
- FBSAN; “**A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte...**”; Boletim Especial: FBSAN no fórum social mundial (jan. 2009). Disponível em: <www.fbssan.org.br>. Acessado em: 6 nov. 2015 às 16:00.
- FERREIRA; Angela Duarte D.; BRANDENBURG; Alfio; RODRIGUES; Almir Sandro; SANTOS Eduardo B.; PINHEIRO; Gustavo; SILVA; Osvaldo Heller da; **Resistência e empoderamento no mundo rural**; 2007. Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007: 123-159. Disponível em: <[http://orgprints.org/24232/1/Brandenburg,%20A%3B%20Ferreira,%20A.D.%3BSilva,O.H.%3BPinheiro,G.%3BRodrigues%3BSantos,E.B Resiste ncia%20e.pdf](http://orgprints.org/24232/1/Brandenburg,%20A%3B%20Ferreira,%20A.D.%3BSilva,O.H.%3BPinheiro,G.%3BRodrigues%3BSantos,E.B%20Resistencia%20e.pdf)>. Acessado em: 30/10/2015 às 14: 36.
- FERREIRA; Pedro Lopes; **Estatística descritiva e inferencial**; BREVES NOTAS; Faculdade de Economia Universidade de Coimbra; 2005.
- GUEVARA, María de los Ángeles Arias; JUNIOR, Valdemar João Wesz; **Género y agroecología: estudios de caso en brasil**; Agroecología 7 (2): 101-110, 2012. Disponível em: <<http://revistas.um.es/agroecologia/issue/view/12361/showToc>>. Acessado em: 6 nov. 2015 às 20:30.
- KUBO, Rumi Regina; **Metodologias participativa e sistematização de experiências**. P. 135/150. IN: SOGLIO, Fabio Dal; KUBO, Rumi Regina; **Agriculturas e Sustentabilidade**; Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, 152 p.
- MAGNANTI, Natal João; **Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia**; Agriculturas - v. 5 - no 2 - junho de 2008. Disponível em: < <http://www.cepagro.org.br/uploads/circuito.pdf>> Acessado 7 nov. 2015 às 20:00.

- MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A. C.; **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 104 p.; 23 cm. – (Estudos NEAD ; 8).
- MEIRELLES; Laércio; **Agroecologia, Mercados Locais e Soberania Alimentar;** Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/artigo_download.php?id_artigo=13&tipo=pdf> Acessado em: 30/10/2015 às 14:00.
- NIEDERLI, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado; (Org); **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.**— Curitiba : Kairós, 2013. 393 p.
- NOVELLI, Ana Lúcia; MOURA, Cláudia Peixoto de; CURVELLO, João José Azevedo (Org.); ABRAPCORP 2013: **teorias e métodos de pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas: entre a tradição e a inovação** [recurso eletrônico] /— Porto Alegre: Edipucrs, 2013. Disponível em: <ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0312-8.pdf>. Acessado em 16 out. 2015 às 19:49.
- PASSOS, Marcelo; TORRES-ISAGUIRRE, Katya R.; **Certificação na prática: a rede ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia.** IN: NIEDERLI, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado; (Org); **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** — Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.
- PELICIONI, Maria C. F; Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde e sociedade** 7(2): 19-31, 1998.
- PEREZ-CASSARINO, Julian; **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia;** – Curitiba, 2012; 450 f.
- ROVER, Oscar José; **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia;** Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 56-63, jan/abr 2011.
- SANTOS; João Dagoberto dos; **Desenvolvimento rural, biodiversidade, e políticas públicas. Desafios e antagonismos, no Pontal do**

Paranapanema, SP.; Piracicaba, 2012. Disponível em: <[www.teses.usp.br/.../Joao Dagoberto dos Santos versao revisada.pdf](http://www.teses.usp.br/.../Joao_Dagoberto_dos_Santos_versao_revisada.pdf)>.

SANTOS; LUIZ CARLOS REBELATTO DOS; **Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do brasil**; Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/certificacao_download.php?id_pdfcertificacao=42&tipo=pdf>. Junho,2005.

SCHOTTZ; Vanessa; Em defesa da Alimentação Adequada e Saudável; **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia v.11, n.3**; (corresponde ao v. 30, nº4 da Revista Farming Matters).

SCHULTZ, Glauco; **Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica / .** - Lajeado: Ed. UNIVATES, 2008. Disponível em:<https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/.../pdf_54.pdf>. Acessado em: 7 nov. às 23:45.

SILVA; Tamara R. Bubanz; **A rede Ecovida e o desenvolvimento rural sustentável no núcleo Missões/ RS**; 2013.

SOUZA, Maria Celia M. De; Instituto de Economia Agrícola (IEA); **certificação de produtos orgânicos**; Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=260>>, 2001. Acessado em 11/09/2015 às 23: 05.

VAILATI, Jorge; CORTÉS, Dina M.M.; PIRANI, Paulo, S. H.; **Princípios e procedimentos de certificação de produtos orgânicos**; IN: STRINGHETA, P. C., MUNIZ, Norberto J.; **Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação**. Viçosa: UFV, 2003. 452p.

VILCKAS, Mariângela; NANTES, José Flávio Diniz; **Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos**; 2007; Disponível em: <[http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43728/2/\(02\)%20Artigo%2007.290.pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43728/2/(02)%20Artigo%2007.290.pdf)>. Acessado em 02 nov. 2015 às 20:00.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B.; **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61. Disponível em:

<<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acessado em: 6 nov. 2015 às 23:50.

ANEXOS

ANEXO A- Questionário da pesquisa.

UNILA- UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA

ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia Sociologia e Política

DRSA - Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

Questionário aplicado para obtenção de dados estatísticos para fim de tese de graduação.

Tema da tese: Diagnóstico de impacto da certificação orgânica de qualidade:

Rede Ecovida

Aluna*: Mara Irene Engelmann

*Graduanda do 8º semestre do curso de desenvolvimento rural e segurança alimentar.

Folha de dados

Nome:

Endereço:

Quantas pessoas trabalham na propriedade rural onde mora? (Incluir familiares): Nº _____

1-A quanto tempo está certificado?

() Alguns meses () Entre um ano a dois anos () Mais que dois anos

2- Mantem contato com mercados locais? () Sim () Não. Quantas vezes por semana?

() Uma vez () Duas vezes () Mais que duas vezes por semana

3- Houve ou existe mudanças em relação à adaptação a exigências do mercado?

() Sim () Não

4- A renda aumentou? De uma escala de 1 a 5, quanto aumentou: 1= nada 2= muito pouco 3= igual 4=razoavelmente 5=muito

() Nada () Muito pouco () Igual () Razoavelmente () Muito

5- Teve dificuldades em certificar? () Sim () Não

Dentre das dificuldades assinale quais foram:

() Problemas econômicos

() Sociais (familiares)

() De produção

() Problemas com agrotóxico

() Outros: quais? _____

6-Houve necessidade de investimentos extras para certificar?

() Sim () Não

Se houve: Quanto em dinheiro? R\$: _____

7-Necessita de atualização de aprendizagem para seguir com a certificação?

() Sim () Não

8-Da sua produção, quanto você consome? Em porcentagem %. _____

9-Sob a perspectiva socioambiental houve percepção de conservar a natureza e visualiza a sua importância para a vida dos seres vivos?

() Sim () Não

10- Para que mercados, estabelecimentos vende seus produtos?

() Feiras

- () Supermercados varejista
- () Supermercados atacadistas
- () Mercearias.
- () Mercado institucional
- () Outros: quais? _____

11- Houve agregação de novos clientes?

- () Sim () Não Se houve: Quantos? _____

12- Os custos produtivos aumentaram ou diminuíram depois da certificação?

- () Sim Quanto? R\$ _____
- () Não

13- Tem aumentado a produção?

- () Sim Quanto? (kg, toneladas, unidades, etc.) : _____
- () Não

14- A certificação ajudou a aumentar o valor do produto que vende? De uma escala de 1 a 5 assinale: 1=nada 2=pouco 3=igual 4=razoavelmente 5=muito

- () nada () pouco () igual () razoavelmente () muito

15- Acredita que a certificação possibilitou um melhor retorno financeiro atualmente? De uma escala de 1 a 5 quanto melhorou? 1=nada 2=muito pouco 3=igual 4=razoavelmente 5=muito

- () nada () pouco () igual () razoavelmente () muito

16- Numa perspectiva social, sente que sua qualidade de vida melhorou?

- () nada () pouco () igual () razoavelmente () muito

17- Houve diminuição dos custos de produção com a certificação?

- () nada () pouco () igual () razoavelmente () muito

18- Em relação a produção agroecológica de diversos produtos, a mesma auxilia para garantir a renda?

- () nada () pouco () igual () razoavelmente () muito

ANEXO B- Fotos da reunião do núcleo Oeste do Paraná da Rede Ecovida.



Fonte: o autor.

A foto é referente a reunião geral do Núcleo Oeste do Paraná que é realizada a cada dois meses. A mesma ocorreu na cidade de Santa Helena- Paraná. Nessa reunião se reúnem todos os membros dos municípios que fazem parte do referido núcleo.



Fonte: o autor.

Na foto acima o coordenador do Núcleo Oeste do Paraná faz a leitura da ata da Reunião que se realizou no dia 13 de agosto de 2015 na parte da manhã no município de Santa Helena-PR.



Fonte: o autor.

Durante a reunião são discutidos assuntos referentes à certificação, documentação necessária, bem como demandas de cada agricultor e dificuldades frente ao processo de certificar.

ANEXO C- Fotos complementares.



Fonte: João E. C. Pelissari.

Na foto verifica-se o quintal da casa do agricultor Vladislau certificado pela Rede Ecovida.



Fonte: João E. C. Pelissari

Acima produção de laranja cultivada pelo mesmo produtor já mencionado.



Fonte: João E. C. Pelissari

Na foto acima a horta da família do seu Vladislau. Na horta tem-se algumas hortaliças orgânicas vendidas com o selo da Ecovida.

Abaixo, verifica-se a barreira de contenção de agrotóxico, que é exigida para a possibilidade de certificar.



Fonte: João E. C. Pelissari

Na foto que segue abaixo, temos a plantação de alface que também é cultivada pelo agricultor Vladislau e sua esposa.



Fonte: João E. C. Pelissari